

Diagnóstico sobre a vivência profissional de servidores da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul em sua atuação no projeto “Educação Sanitária na Escola”

Diagnosis on the professional experience of servants of the Secretariat of Agriculture of Rio Grande do Sul in their performance in the project "Educação Sanitária na Escola"

Elaine dos Santos Pinto¹, Aline Grunewald Nichele^{1*}

*Orientadora

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Porto Alegre. Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo: A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR) conta com o projeto “Educação Sanitária na Escola”, criado em 2010, que tem servidores como agentes disseminadores de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em escolas de ensino básico. De 19 regionais da Secretaria, apenas três contam com ações recorrentes em escolas. Oriundo de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, este artigo apresenta resultados de entrevistas semiestruturadas aplicadas no âmbito de uma pesquisa de mestrado profissional que objetivou investigar como se dá a vivência profissional dos servidores que são referências em Educação Sanitária na SEAPDR, suas demandas de trabalho, e quais os obstáculos e dificuldades que enfrentam na aplicação do projeto “Educação Sanitária na Escola”. As entrevistas apontaram para profissionais com elevado nível de formação, sem experiência pedagógica e com uma grande demanda de tarefas no ambiente de trabalho, dificultando as ações de Educação Sanitária em escolas. Paralelamente, entrevistas com servidores em regionais onde há atuação em instituições de ensino analisaram como essas ações são construídas, verificando-se que a relação destes servidores com diretores e professores das escolas apresenta fortes componentes da educação dialógica preconizada por Freire. Os resultados das entrevistas subsidiaram a elaboração de um produto educacional que auxiliasse estes servidores na expansão do “Educação Sanitária na Escola”.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Formação Humana Integral.

Abstract: The Secretariat of Agriculture, Livestock and Rural Development of Rio Grande do Sul (SEAPDR) has the “Educação Sanitária na Escola” project, created in 2010, which has servers as dissemination agents of Health Education in Agricultural Defense in elementary schools. Of the 19 regional offices of the Secretariat, only three have recurring actions in schools. In this context, this work aims to identify the obstacles faced by state agricultural inspectors and civil servants to implement the project in their regions, in order to be able to overcome them, as well as to identify how actions are developed in the regions that promote recurrent activities in schools. Coming from a qualitative, exploratory research, this article presents the results of semi-structured interviews applied in the context of a professional master's research that aimed to investigate how the professional experience of public servants who are references in Health Education at SEAPDR occurs, their work demands, and what are the obstacles and difficulties they face in applying the “Educação Sanitária na Escola” project. The interviews pointed to professionals with a high level of education, without pedagogical experience and with a great demand of tasks in the work environment, hindering the actions of Health Education in schools.

At the same time, interviews with civil servants in regions where there is work in educational institutions analyzed how these actions are constructed, verifying that the relationship of these civil servants with school principals and teachers has strong components of the dialogic education advocated by Freire. The results of the interviews subsidized the development of an educational product that would help these servers in the expansion of “Educação Sanitária na Escola”.

Keywords: Professional and Technological Education. Health Education in Agricultural Defense. Integral Human Formation.

INTRODUÇÃO

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária foi instituída oficialmente, em âmbito nacional, por meio do Decreto 5.741/2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006), que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Porém, só foi regulamentada em 2008, pela Instrução Normativa nº 28 do mesmo ministério (BRASIL, 2008), com a instituição do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O objetivo geral do programa é “promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados” (BRASIL, 2008).

Nesta Instrução Normativa, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é conceituada como “o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos [...] relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários” (BRASIL, 2008). Dentre as atividades previstas, está a formação de “multiplicadores” para atuarem diretamente no público-alvo do programa, com “capacitação de professores quanto a noções básicas de temas relacionados à defesa agropecuária para a sua abordagem com alunos de instituições de ensino fundamental, médio e superior, principalmente em comunidades rurais e cursos técnicos e superiores de áreas afins” (BRASIL, 2008).

Em âmbito estadual, a Lei nº 13.192/2009 instituiu a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2009), determinando que tal política seja “um componente essencial e permanente da educação estadual, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A partir deste arcabouço legal, foi criada, em 2009, a Seção de Educação Sanitária na

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR). A seção conta com 19 servidores (fiscais estaduais agropecuários com formação em Medicina Veterinária, em sua maioria) atuando como referências regionais e mais 19 suplentes, um Grupo Técnico de Educação em Saúde (GTSES) e o apoio dos servidores das regionais. Nenhum deles atua em regime de dedicação exclusiva, tendo que conciliar as ações de Educação Sanitária com as atividades rotineiras de seus cargos de origem. A seção distribui as atividades educativas por município, levando em consideração os relatórios epidemiológicos emitidos pela Seção de Epidemiologia e Estatística, além das necessidades apontadas pelos programas sanitários e de inspeção da secretaria. Vale destacar que as ações de Educação Sanitária não se restringem ao espaço escolar: a seção também elabora apresentações, palestras, treinamentos, reuniões, cursos e seminários para produtores rurais e sociedade em geral.

No âmbito escolar, há o projeto “Educação Sanitária na Escola”, um programa de parceria com as secretarias municipais de Educação com a proposta de incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Assim que a parceria é estabelecida, os fiscais estaduais agropecuários ou servidores da SEAPDR que são referências em Educação Sanitária se reúnem com os professores das escolas participantes e repassam as informações que precisam ser abordadas em sala de aula. Os próprios professores incluem os temas em seus planos de aula, e podem contar com a participação dos fiscais em sala de aula, sempre que necessário. Porém, mesmo após 12 anos de criação da Seção de Educação Sanitária, e 11 do projeto “Educação Sanitária na Escola”, a SEAPDR ainda não conseguiu ampliar significativamente o projeto.

Para uma maior disseminação do “Educação Sanitária na Escola” é importante que o servidor envolvido no programa de Educação Sanitária se reconheça como um agente da formação humana integral, cuja intencionalidade é formar o ser humano na sua totalidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica (CIAVATTA, 2014). Paralelamente, também é importante trazer a formação humana integral para os próprios servidores da Secretaria da Agricultura, oferecendo-lhes uma oportunidade de reflexão sobre a relevância de seu trabalho na secretaria e suas consequências para a sociedade.

A importância de levar a Educação em Saúde para o ambiente escolar reside na possibilidade de propor uma visão preventiva com relação às doenças animais, vegetais ou zoonoses, fazendo com que crianças e jovens se apropriem de conhecimentos que, mais adiante,

permitirão com que sejam cidadãos atentos à sanidade de animais e plantas ao seu redor, conscientes da saudabilidade dos alimentos de origem vegetal e animal que chegam à sua mesa. São ações que também trazem impacto à vida de professores, equipe pedagógica e demais funcionários e membros da comunidade escolar. Com sua visão focada na vida cotidiana e complementaridade com os conteúdos abordados em sala de aula, a Educação em Saúde se correlaciona com os conceitos de formação humana integral e omnilateralidade presentes na pedagogia de base marxiana, conforme Manacorda (2007). A omnilateralidade promove a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social: o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2008). Por sua contribuição para a formação omnilateral, é, portanto, de suma importância que o projeto “Educação Sanitária na Escola” consiga abranger todas as regiões do Estado, e não apenas as que hoje em dia atende.

Este trabalho tem base teórica vinculada à Educação Profissional e Tecnológica os conceitos de formação humana integral e do trabalho como princípio educativo, que é a relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano (CIAVATTA, 2009).

Neste artigo, é apresentado o recorte de uma pesquisa que pretende contribuir para uma maior disseminação do “Educação Sanitária na Escola”. Em especial, neste trabalho nos debruçamos a identificar quais os obstáculos enfrentados pelos fiscais estaduais agropecuários e servidores para implementar o projeto em suas regionais, de forma a poder superá-los, bem como identificar como as ações são desenvolvidas nas regionais que promovem atividades recorrentes em escolas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem do tipo qualitativa, com análise de alguns dados quantitativos. Bodgan; Biklen (1982) *apud* Lüdke; André (1986) apresentam a definição de pesquisa qualitativa, ou naturalística, como aquela que envolve a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, com ênfase mais no processo do que o produto, e a preocupação em retratar a perspectiva dos participantes (BODGAN; BIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.13). André (1998) *apud* Moreira; Rosa (2009) oferece mais alguns detalhes sobre a caracterização de uma pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é chamada também *naturalista* porque não envolve manipulação de variáveis, nem tratamento experimental (é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural); *fenomenológica* porque enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano, o mundo do sujeito, suas experiências cotidianas, suas interações sociais e os significados que dá a essas experiências e interações; *interacionista simbólica* porque toma como pressuposto que a experiência humana é mediada pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas na medida em que o indivíduo interage com outro, é por meio de interações sociais como vão sendo construídas as *interpretações*, os significados, a visão de realidade do sujeito (ANDRÉ, 1998, p17-18, *apud* MOREIRA E ROSA, 2009, p.8)

Conforme a classificação quanto ao seu objetivo, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, pois tem como meta “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p.41).

No aspecto metodológico, trata-se de um estudo de caso que, conforme Gil (2002), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002, p.54). A conceituação de Moreira e Rosa (2009) vai pela mesma vertente, definindo o estudo de caso como uma descrição intensiva, holística e uma análise profunda de uma entidade singular, um fenômeno ou unidade social (MOREIRA; ROSA, 2009, p.13).

Para compreender as rotinas de trabalho dos servidores e identificar seus problemas e dificuldades como intermediadores do projeto “Educação Sanitária na Escola” junto às secretarias municipais de Educação e instituições de ensino, o instrumento de coleta utilizado foi uma entrevista semiestruturada, com dois roteiros: um para os servidores de regionais em que não há ações de Educação Sanitária em escolas, e outro para os servidores de regionais em que ocorrem ações deste tipo com recorrência. Por envolver seres humanos, esta pesquisa foi submetida, por meio da Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e foi aprovado conforme parecer nº 4.114.829. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos servidores entrevistados, autorizando sua participação nesta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas virtualmente, por meio da plataforma Zoom, e gravadas em formato de vídeo. O conteúdo das entrevistas foi transcrito a partir dos áudios extraídos das gravações em vídeo, com a opção metodológica de se redigir exatamente como os respondentes se expressavam, incluindo hesitações, tiques e gaguejos, conforme Azevedo *et al* (2017). A categorização foi feita com auxílio do *software* ATLAS.ti, seguindo análise de conteúdo de Bardin

(2011), que define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147). A autora ainda conceitua as categorias como rubricas ou classes que, com título genérico, agrupem unidades de registro que tenham características em comum (BARDIN, 2011, p.147).

A apresentação dos resultados e as discussões a eles relacionadas, feita a seguir, abordam os resultados da entrevista semiestruturada aplicada aos servidores, traçando um perfil que caracterize estes profissionais, suas rotinas de trabalho, dificuldades e problemas que vivenciam na condução de ações de Educação Sanitária em escolas.

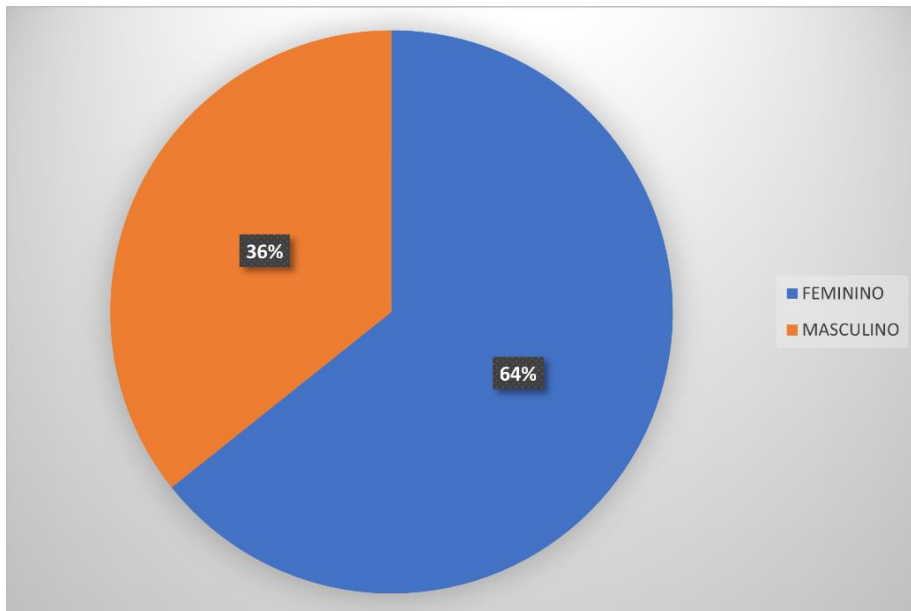
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista semiestruturada elaborada para ser respondida por fiscais ou servidores que sejam referências em Educação Sanitária nas regionais da Secretaria procurou investigar suas características pessoais e profissionais, como se dá sua atuação profissional em um âmbito geral, seu nível de conhecimento sobre o projeto “Educação Sanitária na Escola” e qual seu grau de relação com as secretarias municipais de Educação e escolas, caso exista. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2020, por meio da plataforma Zoom, com a adesão de 14 servidores que são referências em Educação Sanitária em suas respectivas regionais, num universo possível de 38. Para preservar o anonimato dos respondentes, seus nomes foram omitidos e eles serão referenciados por meio de códigos, de R01 a R14.

Caracterização dos participantes da pesquisa

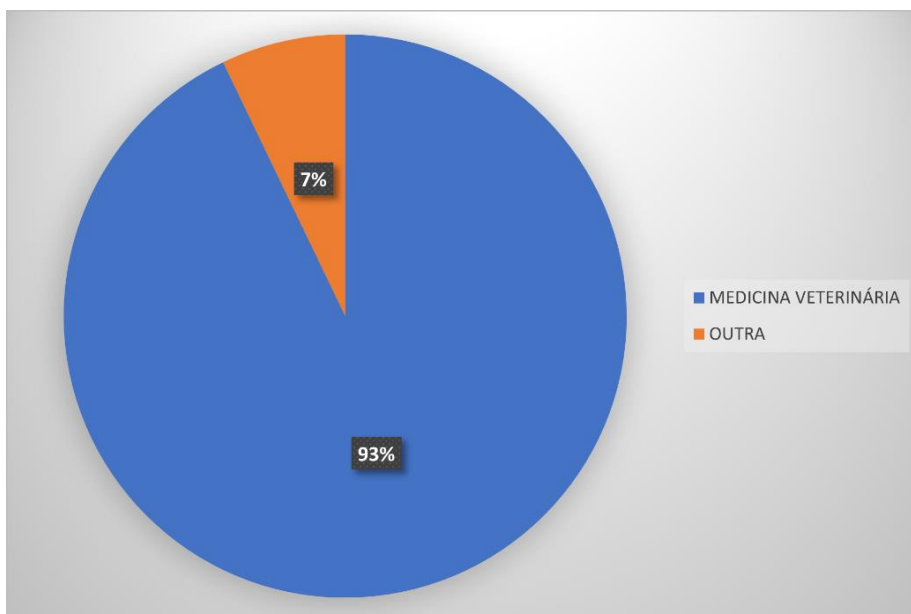
A maioria dos entrevistados é do sexo feminino, com formação em Medicina Veterinária, pós-graduação e sem formação pedagógica (Figuras 1 a 4).

Figura 1 - Sexo dos entrevistados



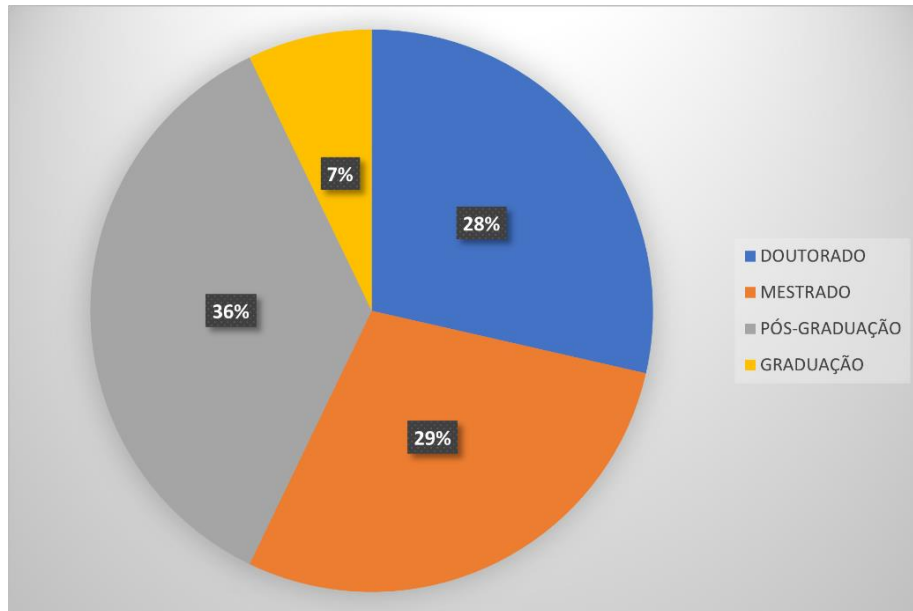
Fonte: a autora (2021)

Figura 2 - Formação acadêmica



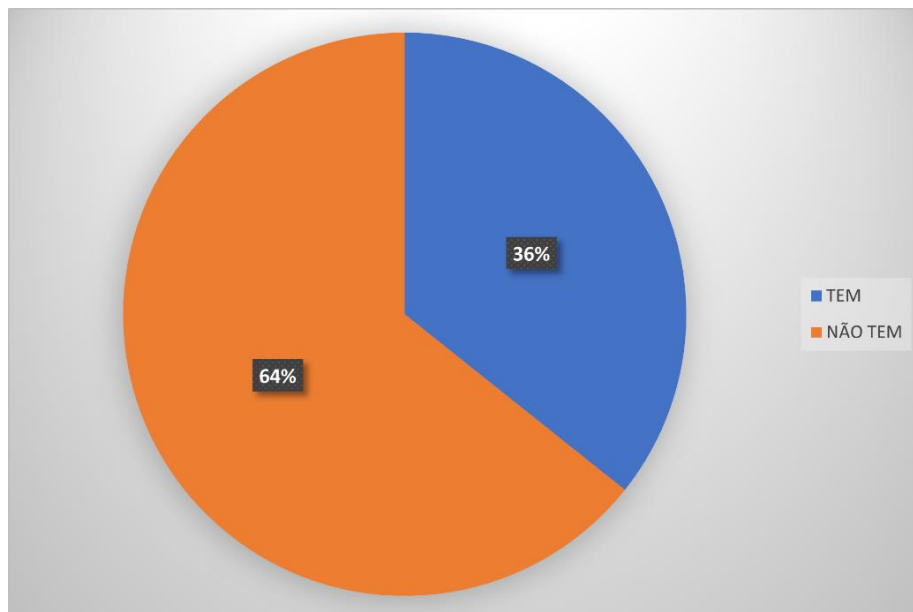
Fonte: a autora (2021)

Figura 3 - Grau de formação acadêmica



Fonte: a autora (2021)

Figura 4 - Formação pedagógica



Fonte: a autora (2021)

A faixa etária varia de 28 a 60 anos, com uma média de idade de 40 anos. Quanto à experiência profissional, são servidores com média de 7,8 anos de atuação na Secretaria, variando de dois a 19 anos de serviço. No âmbito da Educação Sanitária, a média de tempo nesta atividade é de 5,6 anos – a pessoa que está há mais tempo atua há 14 anos na Educação Sanitária, enquanto a pessoa com menos tempo está como referência há apenas um ano.

Com exceção de um respondente, todos são fiscais estaduais agropecuários da área animal. Isso se deve ao próprio histórico da Seção de Educação Sanitária, que foi criada em conexão com os programas de sanidade animal da Secretaria. Há um esforço atual para incluir os fiscais estaduais agropecuários da área vegetal no Grupo Técnico da Educação em Saúde, mas ainda não há efetiva participação destes profissionais, por enquanto.

Quando perguntados sobre as tarefas que desenvolvem em seu local de trabalho num âmbito geral, além das ações de Educação Sanitária, os entrevistados indicaram diversas atividades inerentes ao cargo de fiscal estadual agropecuário. As respostas foram tabuladas no Quadro 1, que elenca os termos citados por mais de um respondente ($f > 1$).

Quadro 1 - Tarefas desenvolvidas pelos fiscais no local de trabalho

Tarefa	Frequência (f)	Respondentes	Termos usados
Fiscalização e vigilância	17	R01, R02, R03, R05, R06, R07, R08, R09, R11, R13, R14	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização a campo • Fiscalização agropecuária • Fiscalização de comércio varejista • Fiscalização de eventos • Fiscalização de notificações • Fiscalização de obrigações sanitárias • Fiscalização de produtos de origem animal • Fiscalização de propriedades • Fiscalizações de trânsito • Notificação de doenças • Programas sanitários • Vigilância ativa e passiva • Vigilância em campo • Vigilância em propriedades • Vigilância epidemiológica • Vistorias a campo
Trabalho administrativo	6	R01, R02, R05, R09, R10, R14	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo mais administrativo • Parte administrativa • Parte mais burocrática • Serviço burocrático • Tarefas administrativas
Inspeção	4	R05, R07, R11, R12	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de abate • Atendimento a frigorífico

			<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de produtos de origem animal
Atendimento a público	4	R03, R07, R11, R14	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao público • Atendimento na inspetoria • Emissão de documentos • Emissão de GTA, saldo do produtor, papel para banco

Fonte: a autora (2021)

“Fiscalização” e “Vigilância” foram agrupados no mesmo tipo de tarefa, que foi o mais citado pelos entrevistados (f=17), compreendendo as atividades de fiscalização de trânsito animal, propriedades, eventos, casas agropecuárias e obrigações estipuladas pelos programas sanitários, além de atividades de vigilância epidemiológica ativa ou passiva, a campo e em propriedades. Na sequência, trabalhos administrativos, qualificados como “burocráticos” por alguns respondentes, também ocupam o tempo destes profissionais (f=6). Foram consideradas como trabalho administrativo tarefas internas como redação de relatórios, atestados de contas e pagamentos. As tarefas de inspeção de produtos de origem animal, com o atendimento a frigoríficos e acompanhamento de abates, foram mencionadas por quatro entrevistados. Por fim, o atendimento ao público nas inspetorias de defesa agropecuária, tais como emissão de documentos para produtores, foi citado por quatro respondentes como parte das suas rotinas de trabalho, embora esta seja uma atividade administrativa: “[...] atendimento na inspetoria eu faço muito, né, porque nós somos só dois, né, então é impossível ele ele [o colega técnico] atender sozinho, eu faço também o atendimento no balcão [...]” (R03).

Observa-se, portanto, uma variedade de tarefas que são desempenhadas por estes profissionais além da Educação Sanitária, inclusive algumas que não são relativas ao cargo que ocupam. Este acúmulo de funções impacta diretamente na pergunta seguinte, sobre a rotina de trabalho com as ações de Educação Sanitária e o tempo disponível para tais atividades. Com a exceção de um entrevistado, que trabalha integralmente com Educação Sanitária, todos os demais respondentes relataram dificuldades para se programar para realizar este tipo de ação. A maioria menciona o “contato interpessoal”, ou seja, a conversa direta com o produtor rural, como a principal ferramenta de Educação Sanitária que utilizam. Como este atendimento se dá por demanda do próprio produtor, ou em atividades de fiscalização e vigilância, não é algo que os fiscais consigam planejar: “[...] esse não tem um planejamento, né, e ele ocorre diariamente,

na bancada da da inspetoria [...]” (R08); “[...] a gente considera a Educação Sanitária como 100% presente nas nossas ações, então, é... não não tem como planejar algo que tá embutido em todas as atividades [...]” (R05).

Fazendo o recorte de frequência das ações de Educação Sanitária em escolas, metade dos entrevistados (7; 50%) não desenvolve qualquer tipo de atividade no âmbito escolar; quatro (29%) não têm uma frequência definida; dois (14%) se programam para realizar atividades mensalmente; e um entrevistado (7%) visita escolas a cada seis meses. Em um recorte ainda mais específico, os entrevistados foram perguntados sobre seu grau de conhecimento a respeito do documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”, elaborado pela Seção de Educação Sanitária da SEAPDR em 2010 e atualizado em 2018. Mais de um terço, 36% dos respondentes (5) não conhecem o documento; outros 28% o conhecem de forma superficial (4); e os 36% restantes (5) conhecem o documento e tentaram seguir suas diretrizes para implementar o projeto em suas respectivas regionais.

Pode-se traçar, portanto, como perfil médio do servidor que é referência em Educação Sanitária nas regionais da Secretaria da Agricultura, um profissional que:

- Tem formação acadêmica elevada, com, no mínimo, pós-graduação;
- Não tem experiência em atividades pedagógicas;
- Desempenha uma variedade muito grande de funções, algumas delas fora do escopo do seu cargo;
- Apoia-se no “contato interpessoal”, durante atendimento nas inspetorias, ações de fiscalização, vigilância e notificação, como principal ferramenta para realizar a Educação Sanitária;
- Não desenvolve atividades em escolas ou, quando faz, não consegue manter uma frequência definida;
- E não conhece, ou conhece muito pouco, o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

Estas informações têm relação direta com os próximos dados trabalhados, que versam sobre as dificuldades que estes servidores enfrentam para poder implantar o projeto “Educação Sanitária na Escola” em suas regionais.

Percalços para implantação do projeto “Educação Sanitária na Escola”

Após 11 anos de criação do projeto “Educação Sanitária na Escola”, a Seção de Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura considera que apenas três regionais, de um total de 19, conseguiram manter atividades regulares em escolas de ensino básico. Para compreender os problemas e dificuldades que os servidores que são referências em Educação Sanitária enfrentam em suas regionais para implementar o projeto, a entrevista semiestruturada contava com a questão: “quais os principais empecilhos para que ainda não haja um convênio firmado com as secretarias da sua região?”. Esta pergunta foi feita, inclusive, a servidores de regionais nas quais a Seção de Educação Sanitária considera que o projeto esteja em estágio avançado de aplicação, uma vez que mesmo estas regionais não conseguiram abarcar todos os municípios de sua área de abrangência. As respostas dos entrevistados foram elencadas no Quadro 2, categorizadas a partir de temas comuns que tivessem sido mencionados por mais de um respondente (f>1).

Quadro 2 - Problemas e dificuldades para avançar o projeto “Educação Sanitária na Escola”

Problemas e dificuldades	Frequência (f)	Respondentes	Trechos
Falta de pessoal	7	R03, R04, R05, R07, R08, R12, R14	<i>“[...] nós perdemos 10 funcionários, todos se aposentaram, tá. Dez funcionários se aposentaram e a gente tá agora com dois administrativos em treinamento, dos contratados. Então, assim ó, a nossa demanda de proce- de serviços administrativos, de todos os serviços aqui da IDA, ficou muito maior, e a gente tem toda a parte de campo pra fazer [...]” (R12)</i>
Falta de tempo	6	R01, R03, R06, R11, R12, R14	<i>“[...] para mim o entrave principal é o tempo [...] Então acho que o entrave hoje é a nossa agenda muito povoada por outros assuntos que não a Educação Sanitária, e é muito difícil você conseguir encaixá-la [...]” (R01)</i>
Não ter servidor exclusivo para a Educação Sanitária	4	R01, R02, R03, R05	<i>“Mas, ahn, pra mim eu acho que é assim, ó, é que se tivesse uma pessoa que trabalhasse só nessa área. [...] nós,</i>

			<i>como fiscais, nós não temos essa vocação de fazer trabalhos em escolas. A gente não tem formação nem pedagógica pra isso, né [...]” (R02)</i>
Falta de vontade ou interesse das Secretarias de Educação	3	R02, R09, R10	<p><i>“[...] a gente não pode ficar limitado, pra gente executar esse tipo de ação, ao perfil do secretário de Educação [...]” (R09)</i></p> <p><i>“A gente tentou trabalhar e era bem complicado, porque nunca era prioridade [da secretaria de educação], né [...]” (R10)</i></p>

Fonte: a autora (2021)

Os dois motivos mais citados, “falta de pessoal” (f=7) e “falta de tempo” (f=6) guardam relação, pois, à medida em que há cada vez menos profissionais para uma carga de trabalho crescente, menos tempo haverá para o planejamento e execução de ações de Educação Sanitária. Para quatro entrevistados, a ausência de um profissional que trabalhe exclusivamente com Educação Sanitária é um grande empecilho, o que também se relaciona, em algum grau, com os dois motivos anteriores. O panorama geral, no entanto, não é alvissareiro, pois a Secretaria passa, atualmente, por um período de esvaziamento, com a suspensão dos concursos públicos e a aposentadoria de grandes quantitativos de servidores – fruto de uma política neoliberal que rege o Estado desde 2015.

Três entrevistados mencionaram outro problema com o qual se deparam para a implantação, ou até mesmo continuidade das ações nas escolas, que seria a falta de interesse das próprias secretarias municipais de Educação ou das prefeituras. Eles relatam uma certa desconfiança das autoridades locais sobre o projeto, por ser gratuito e vir de um órgão estadual. Também há experiências de ações que ficaram sujeitas ao sabor da mudança do executivo municipal: quando há eleição para a prefeitura e todos os cargos mudam – inclusive a Secretaria de Educação – as portas podem se fechar.

[...] eu trabalhei bem uns anos, quando mudou o governo, eu não consegui trabalhar mais, então é um pontual, de governo. Não é uma vontade deste governo trabalhar em

Educação Sanitária aqui no meu município, pelo que eu tive a oportunidade de, de ver, de perceber, né, não houve *feedback* nenhum pro meu projeto. (R02)

Nota-se que as principais dificuldades enfrentadas pelos servidores envolvem problemas estruturais de solução complexa – falta de pessoal, de tempo, de alguém com dedicação exclusiva –, que ultrapassam a capacidade de resolução de um produto educacional, um dos objetivos específicos estabelecidos pela pesquisa de mestrado profissional à qual este estudo está vinculado. No entanto, a elaboração de um produto educacional que auxilie na organização e execução das ações de Educação Sanitária em escolas pode ser considerada uma forma de otimizar o tempo de trabalho, minorando, mesmo que levemente, o impacto desses problemas estruturais na rotina laboral destes servidores.

Como são construídas ações bem-sucedidas de Educação Sanitária em escolas

Três dos entrevistados (R03, R04 e R05) atuam nas regionais de Pelotas e Santa Maria, onde a Seção de Educação Sanitária considera que o projeto “Educação Sanitária na Escola” esteja em estágio avançado de aplicação. Para estes, um roteiro de entrevista diverso foi utilizado no bloco temático “Relação com as Secretarias de Educação”, como forma de identificar o que está funcionando nessas regionais.

A primeira questão, referente a como foram articulados os convênios que se têm com as secretarias municipais de Educação, revela uma dificuldade que até mesmo aplicações bem-sucedidas do projeto vêm experimentando: não há, atualmente, nenhum convênio firmado com as secretarias municipais onde o projeto está sendo desenvolvido. Para haver uma formalização mínima da cooperação, os servidores lançaram mão de algumas estratégias:

[...] eu mandei um ofício, tipo um convite. Eu mandei um ofício, convidando, né, depois que eu apresentei o projeto, eu mandei um ofício convidando o município a ser nosso parceiro no projeto Educação Sanitária, né, as atividades, as atribuições, e pedi que eles, ahn, nos respondesse. Então quando eles responderam que sim, né, que estavam interessados, então aquilo foi o jeito que eu, que eu tive de ter algum tipo de documento, alguma resposta positiva, que eles querem, que eles queriam ter esse trabalho no município. Foi uma coisa simples que eu criei, porque não tinha nada, não existe nenhum documento jurídico, não existe um, um termo, não existe nada oficial. E Porto Alegre não, nunca agilizou isso aí, o setor jurídico nunca, nunca nos encaminhou nada, apesar de ser solicitado, nunca foi encaminhado [...] (R04)

[...] a gente sempre faz o caminho, aquele de secretaria de Educação ou Coordenadoria, e os nossos registros são em memórias de reunião. Então eu faço memórias de reunião

de tudo, onde fica lá tudo certinho, ficou definido isso isso isso e todo mundo que tava na reunião assina [...] (R05)

A questão “Qual a dinâmica de trabalho de sua regional com as escolas e professores municipais? Como constroem as atividades? Quais materiais utilizam para a produção de conteúdo?” evidencia a relação mais estreita que estes servidores cultivam com diretores e professores, com ações como reuniões no início e final do ano letivo, criação de grupos de WhatsApp específicos para troca de informações e organização de cursos de formação em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária voltados apenas para os docentes.

[...] a gente então faz as reuniões do início do ano e as reuniões no final do ano, né, ou no meio do ano também, no semestre, as reuniões, então muita coisa já se organiza nas reuniões. Porque a gente ouve os os diretores de escola, das necessidades deles, e aí agora tá sendo feito assim: aí eu elaborei, então, a partir das reuniões, o plano de trabalho. E aí a gente vai mantendo o contato pelos grupos dos municípios [no WhatsApp], e conforme as necessidades das escolas, é, a gente vai organizando a atividade [...] (R04)

[...] a gente ajuda muito os professores, assim, ahn, quando a gente detecta que tem na internet algum material legal, a gente já indica pro professor [...] E às vezes, inclusive, é o contrário, às vezes a próp- a escola vem com umas propostas inovadoras pra gente, assim, coisas diferentes, assim, que acabam depois servindo de exemplo pra uma outra escola, a gente leva esses exemplos, né, pras outras escolas [...] (R05)

[...] O curso de formação dos professores, ele objetiva mais, assim, a deixar os professores com... sabedores do que que é o Serviço Veterinário Oficial e e o que basicamente são os nossos programas sanitários, o que que nós desenvolvemos e o objetivo do projeto, o que que a gente quer com o projeto [...] (R05)

Um fator em comum entre as duas regionais, e que as diferencia das demais, são os espaços de escuta relevantes que mantêm junto a diretores e professores, numa relação dialógica que encontra eco nos “temas geradores” de Freire (1987), pois é a partir desses espaços de escuta que são definidos os assuntos que serão abordados nas escolas:

[...] outra coisa que eu também tô fazendo é pesquisa com os professores. Pra que seja construído o diagnóstico, pra gente conseguir trabalhar com mais qualidade e atender as necessidades, realmente, de cada escola, de cada região. (R04)

Para uma das regionais, o diálogo com diretores e professores na busca por temas geradores deu origem a um grupo de materiais próprios, batizado de “kit educativo”, adaptados à realidade local. “[...] existe um CD montado aqui na regional, um CD de palestras e de materiais. Tá tudo nesse CD, todas as inspetorias têm e todas as escolas receberam [...]” (R03).

Outro ponto importante evidenciado pelas entrevistas é que as duas regionais contam com um setor próprio de Educação Sanitária, com profissionais que, embora não sejam de dedicação exclusiva ao tema, se debruçam de forma mais intensa ao planejamento e aplicação das ações em escolas.

Eu me volto pra essa questão justamente da organização, da execução, em todos os aspectos. E o veterinário tem tantas, ahn, atribuições, que eles não conseguem, tanto é que quando eles iniciam o trabalho, normalmente eles iniciam, é, dedicam toda sua atenção lá naquele município, né. (R04)

[...] eu conto hoje com uma estagiária da veterinária, então, que a gente conseguiu, com muita luta, conseguiu uma disponibilização de uma vaga de estagiário. [...] e tem um técnico em agropecuária também, que a gente conseguiu incorporar ele no ano passado, né. Então é uma coisa- veja como é recente isso. Até 2018, era eu comigo mesma [risos]. A equipe da Educação Sanitária da regional era, era eu. E então, assim, foi uma luta, mas hoje nós temos isso aí. (R05)

Mesmo com diferenciais que contribuem para a aplicação bem-sucedida do projeto nestas regionais, como o espaço de diálogo com os diretores e professores e a manutenção de um setor específico para a Educação Sanitária, a trajetória destas regionais não é isenta de percalços e desafios comuns às demais. O roteiro de entrevista continua perguntando se a regional tem convênios com todos os municípios de sua área de abrangência – mesmo que não haja convênios firmados formalmente, a pergunta foi adaptada para saber se há atividades do projeto em todos os municípios da regional. Nenhuma das duas conseguiu ampliar a cobertura do projeto para toda a sua área de abrangência. Na regional de Pelotas, são dez municípios atendidos, de um grupo de 24. Na de Santa Maria, são dois municípios – um deles sendo o maior da regional, Santa Maria – em um universo de 27¹. Sobre as dificuldades para se conseguir chegar a todos os municípios da regional, os motivos são os mesmos apresentados pelos fiscais que atuam em regionais onde o projeto não é aplicado – falta de pessoal e de tempo.

[...] se a coisa vai se expandindo, e vai funcionando, a tendência é que siga pros outros municípios. Só que no momento tá muito difícil de seguir, em função da falta de pessoas. Da falta de pessoas. Não adianta eu implantar, implantar, implantar, e depois não tem pernas pra dar conta de tudo. E aí? Aí eu vou ficar mal, porque eu não cumpro o que eu prometi que a Secretaria iria fazer, e aí o projeto perde toda a credibilidade, e essa não é a intenção. (R04)

A inspetoria de defesa agropecuária, ela nos suga, é muito trabalho, muito trabalho mesmo. Todo dia, toda hora a gente tá recebendo notificação, tem que atender

¹ Estes números são referentes a 2019, quando a Secretaria contava com 19 regionais.

notificação, tem fiscalização de trânsito pra fazer, tem as metas de vigilância... Então é muita atividade e a gente acaba não dando conta, né. Então, pra se expandir esse projeto, realmente é uma coisa ou outra: ou se contrata mais colegas, ou então se seleciona colegas dentro da regional que fiquem trabalhando exclusivamente com isso. Que se tenha uma equipe, não é nem um colega, que se tenha uma equipe trabalhando exclusivamente com isso. (R05)

Relatando suas ações bem-sucedidas e os problemas que enfrentam, estas regionais trazem uma rica contribuição sobre a vivência na condução de projetos de Educação Sanitária em escolas, evidenciando o papel de agentes de formação humana integral que desempenham junto a essas comunidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise destas entrevistas faz parte de uma pesquisa de mestrado profissional que tem como objetivo compreender o papel dos servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR para a expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola” no Rio Grande do Sul, principalmente em suas relações com as secretarias municipais de Educação, professores e funcionários das escolas locais. O produto educacional resultante desta pesquisa, um *website*, se propõe a ser uma ferramenta que auxilie estes servidores a estabelecerem parcerias com as secretarias municipais e as escolas, de forma que haja ampliação na base de atuação do “Educação Sanitária na Escola”.

O conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com os servidores referências em Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul traçou um perfil da vivência destes profissionais em seu ambiente de trabalho e as dificuldades que enfrentam na condução de ações de Educação Sanitária no âmbito escolar. Os resultados da análise destas entrevistas auxiliaram na elaboração de um produto educacional que viesse para dar apoio a estes profissionais na expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola”, levando em consideração suas demandas de trabalho e dificuldades por que passam rotineiramente.

Nas entrevistas com os servidores de regionais que contam com ações recorrentes de Educação Sanitária em escolas, a análise das respostas evidenciou o caráter dialógico e construtivo que é empregado na relação com diretores e professores, numa abordagem que remete à Paulo Freire e sua visão de educação dialógica como prática libertadora. Estes elementos podem servir de exemplo para os demais colegas que atuam com Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, não só em escolas, mas junto à sociedade civil em geral.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, V. *et al.* Interview transcription: conceptual issues, practical guidelines, and challenges. **Revista de Enfermagem Referência**, [s. l.], v. IV Série, n. Nº14, p. 159–168, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.12707/riv17018>>. Acesso em: 31 jul. 2020
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006**. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm>. Acesso em 28 out. 2019.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Instrução Normativa nº 28, de 15 de maio de 2008**. Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Disponível em: <http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/126936810822.03_INSTRUCAO_NORMATIVA_No_28_ed_sanit.doc>. Acesso em 28 out. 2019.
- CIAVATTA, M. O trabalho como princípio educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsiv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- MOREIRA, M. A. **Pesquisa em Ensino: aspectos metodológicos**. Porto Alegre: 2003. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/pesquisaemensino.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2019.
- MOREIRA, M. A.; ROSA, P. R. S. **Pesquisa em Ensino: métodos qualitativos e quantitativos**. Porto Alegre: 2009. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/Subsidios11.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 53.403, de 16 de janeiro de 2017.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Disponível em: <<https://www.agricultura-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/23092425-regimento-interno-seapi.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Projeto Educação Sanitária na Escola - Março de 2010.** Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/23103337-projeto-educacao-sanitaria-na-escola.doc>>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Educação Sanitária em Escolas: Panorama atual de experiência exitosa.** Porto Alegre, 2018.

TOLOI, G. G.; MANZINI, E. J. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 8, 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2013. p. 3299-3306. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>>. Acesso em: 01 mai 2020.